

**Cachoeira**  
de  
**Prefeitura Municipal**



**OFICIAL**  
**DIÁRIO**



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA**

**Nº 1.191-A/2017**



Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

# Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018





# DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura Municipal  
de Cachoeira

Edição 181 — Ano 632  
07 de março de 2018  
Página 4 de 71



Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

## SUMÁRIO

Capítulo I - Disposições Preliminares

Capítulo II - Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal

Capítulo III - Da Estrutura, Organização e Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos e sua Alterações

Seção I - Das Disposições Gerais

Seção II - Da Estrutura e Organização dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Seção III - Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos e suas Alterações

Capítulo IV - Da Geração da Despesa

Capítulo V - Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Capítulo VI - Das Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária e Política de Arrecadação de Receita

Capítulo VII - Das Disposições do Regime de Gestão Fiscal Responsável

Seção I - Das Disposições Gerais

Seção II - Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

Capítulo VIII - Das Disposições Finais

ANEXOS



<https://doem.org.br/ba/cachoeira>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil



Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

LEI Nº. 1.191-A/2017

“Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRA, DECRETA e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Este Projeto de Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município de Cachoeira para o exercício de 2018, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal combinado com os Arts. 62 e 159, §2º da Constituição Estadual e art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de /2000, compreendendo:

- I - as Metas e os Riscos Fiscais da Administração Pública Municipal;
- II - a estrutura, organização e diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
- III - a geração de despesa;
- IV - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V - as disposições sobre alterações na legislação tributária e política de arrecadação de receitas;





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

VI - as disposições do Regime de Gestão Fiscal Responsável;

VII - as disposições finais.

**Parágrafo único.** Esta Lei compreenderá, também, excepcionalmente, a definição da estrutura, organização, elaboração, alterações e execução do orçamento municipal.

## CAPÍTULO II

### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

#### PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 2º** - As prioridades para o exercício de 2018 da gestão pública municipal serão as seguintes:

I - desenvolvimento de políticas sociais voltadas para a elevação da qualidade de vida da população do Município, especialmente dos seus segmentos mais carentes, reduzindo as desigualdades e disparidades sociais;

II - modernização e ampliação da infraestrutura, identificação da capacidade produtiva do Município, com o objetivo de promover o seu desenvolvimento econômico utilizando parcerias com os segmentos econômicos da comunidade e de outras esferas de governo;

III - desenvolvimento institucional mediante a modernização, reorganização da estrutura administrativa, valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais, visando o fortalecimento das instituições públicas municipais;

IV - desenvolvimento de política ambiental centrada na utilização racional dos recursos naturais regionais, conciliando a eficiência econômica e a conservação do meio ambiente;

V - desenvolvimento de ações com vistas ao incremento da arrecadação e adoção de medidas de combate à inadimplência, à sonegação e à evasão de receitas;





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

VI - austeridade na utilização dos recursos públicos e consolidação do equilíbrio fiscal, através do controle das despesas, sem prejuízo da prestação dos serviços públicos ao cidadão;

VII - apoio, divulgação, preservação e desenvolvimento do patrimônio histórico, cultural e artístico do Município, incentivando a participação da população nos eventos relacionados à história, cultura e arte;

VIII - promoção do desenvolvimento de políticas voltadas para a formação educacional da criança e do adolescente, investindo, também, em ações de melhoria física das unidades escolares, ampliando-as, modernizando-as e adaptando-as às reais necessidades da população;

IX - ampliação do acesso da população aos serviços básicos de saúde, priorizando as ações que visem a redução da mortalidade infantil e das carências nutricionais;

X - desenvolvimento de ações que possibilitem a melhoria das condições de vida nas aglomerações urbanas críticas, permitindo que seus moradores tenham acesso indiscriminado aos serviços de saneamento, habitação, transporte coletivo e outros.

Art. 3º - Os órgãos da administração direta e indireta enviarão suas propostas orçamentárias parciais para 2018, baseadas nesta Lei para o Setor de Planejamento, até o dia 30 de julho de 2017, para fins de verificação de inclusão na LDO de 2018, e elaboração do Plano Plurianual 2018 a 2021.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

#### Seção I

#### Das Disposições Gerais





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

**Art. 4º** - A Lei Orçamentária Anual obedecerá aos princípios da Unidade, Universalidade e Anualidade, estimando a Receita e fixando a Despesa, sendo estruturada na forma definida na Lei Complementar nº 101/2000, nesta Lei e, no que couber, na Lei nº 4.320/1964.

**Parágrafo Único:** Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo e seus respectivos custos.

**Art. 5º** - Os recursos do Tesouro Municipal serão alocados para atender, em ordem de prioridade, às seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais, observado o limite previsto na Lei Complementar nº 101/2000;

II - juros, encargos e amortizações da dívida fundada interna e externa em observância às Resoluções nos 40 e 43/2001 do Senado Federal;

III - contrapartidas previstas em contratos de empréstimos internos e externos ou de convênios ou outros instrumentos similares, observados os respectivos cronogramas de desembolso;

IV - outros custeios administrativos e aplicações em despesas de capital.

**Parágrafo único:** As dotações destinadas às despesas de capital, que não sejam financiadas com recursos originários de contratos ou convênios, somente serão programadas com os recursos oriundos da economia com os gastos de outras despesas correntes, desde que atendidas plenamente às prioridades estabelecidas neste artigo.

**Art. 6º** - Somente serão incluídas na proposta Orçamentária dotações financiadas com as operações de crédito mediante Lei autorizativa do Poder Legislativo, observadas as vedações e restrições previstas na Lei Complementar 101/2000.





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

Art. 7º - Na programação de investimentos da Administração Pública direta e indireta, além do atendimento às metas e prioridades especificadas na forma dos arts. 2º e 3º desta Lei, observar-se-ão as seguintes regras:

I - a destinação de recursos para projetos deverá ser suficiente para a execução integral de uma ou mais unidades ou a conclusão de uma etapa, se sua duração compreender mais de um exercício;

II - será assegurado alocação de contrapartida para projetos que contemplem financiamentos;

III - não poderão ser programados novos projetos que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira.

## SEÇÃO II

### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA

### SEGURIDADE SOCIAL

Art. 8º - Para fins desta Lei conceituam-se:

I - **função**, o maior nível de agregação das diversas áreas da despesa que competem ao setor público;

II - **subfunção**, a partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

III - **programa**, o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

IV - **atividade**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.387/0001-58 | Telefone: (75) 3425-1390

V - **projeto**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VI - **operação especial**, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sobre a forma de bens e serviços;

VII - **categoria de programação** – a identificação da despesa compreendendo sua classificação em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais;

VIII - **órgão** - Secretaria ou Entidade desse mesmo grau, integrante da estrutura Organizacional Administrativa do Município, aos quais estão vinculadas as respectivas Unidades Orçamentárias;

IX - **transposição** – o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;

X - **remanejamento** – a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;

XI - **transferência** – o deslocamento de recursos da reserva de contingência para a categoria de programação, de uma função de governo para outra, ou de um órgão para outro para atender passivos contingentes;

XII - **reserva de contingência** – a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade Orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte para atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

XIII - **passivos contingentes** – questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública, se julgadas procedentes ocasionará impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos por empréstimos; garantias concedidas em operações de crédito, e outros riscos fiscais imprevistos;

XIV - **créditos adicionais** – as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem o valor original da Lei de Orçamento;





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

XV - **crédito adicional suplementar** – as autorizações de despesas destinadas a reforçar projetos ou atividades existentes na Lei Orçamentária, que modifiquem o valor global dos mesmos;

XVI - **crédito adicional especial** – as autorizações de despesas, mediante Lei específica, destinadas à criação de novos projetos ou atividades não contemplados na Lei Orçamentária;

XVII - **crédito adicional extraordinário** – as autorizações de despesas, mediante decreto do Poder Executivo. O qual deverá informar ao Poder Legislativo no prazo de 48 horas, posterior a efetivação de despesas destinadas a atender as necessidades imprevistas e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública. Caso não faça essa comunicação deverá responder por crime de improbidade administrativa e as demais penalidades que constam na constituição federal e lei de responsabilidade fiscal.

XVIII - **unidade Orçamentária** - consiste em cada um dos Órgãos, Secretarias, Entidades, Unidades ou Fundos da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, para qual a Lei Orçamentária consigna dotações Orçamentárias específicas;

XIX - **unidade gestora** - Unidade Orçamentária ou Administrativa investida de competência e poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou decorrentes de descentralização;

XX - **Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD)** - instrumento que detalha, operacionalmente, os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária Anual, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Despesa e o Elemento de Despesa constituindo-se em instrumento de execução Orçamentária e gerência;

XXI - **alteração do Detalhamento da Despesa** – a inclusão ou reforço de dotações de elementos, dentro do mesmo projeto, atividade, categoria econômica e grupo de despesa.

Art. 9º - O orçamento fiscal compreenderá a receita e a programação da despesa dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos da administração direta, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

§ 1º O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos e transferências oriundas de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino conforme dispõem a Constituição Federal no seu art. 212, a Emenda Constitucional nº 53/2006 e a Lei nº 11.494/ 2007.

Art. 10º - O orçamento da seguridade social abrangerá os recursos e as programações dos órgãos e entidades da administração direta ou indireta do Município, inclusive seus fundos e fundações, que atuem nas áreas de saúde, previdência e assistência social.

§ 1º O Município aplicará, no mínimo, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º da Constituição Federal, em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no inciso III do art. 7º da Emenda Constitucional 29/2000, combinado com as determinações contidas na Portaria 2.047/GM, de 05.11.2003, do Ministro de Estado da Saúde e Resolução 1277, de 05.11.2002, do Tribunal de Contas dos Municípios.

§ 2º A base de cálculo para a apuração do valor mínimo definido no § 1º a ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde, conforme estabelecido nos incisos do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal, é o somatório:

- a) do total das receitas de impostos municipais (ISS, IPTU, ITBI/ITIV e IRRF);
- b) do total das receitas de transferências recebidas da União (Quota-Parte do FPM; Quota-Parte do ITR; Quota-Parte da Lei Complementar nº 87/96 - Lei Kandir);
- c) das receitas de transferências do Estado (Quota-Parte do ICMS; Quota-Parte do IPVA; Quota-Parte do IPI - Exportação); e
- d) de outras receitas correntes (Receita da Dívida Ativa Tributária de Impostos, Multas, Juros de Mora e Correção Monetária).





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

**Art. 11º** - Para efeito da aplicação do art. 77 do ADCT, consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas de custeio e de capital, financiadas pelo município, relacionadas a programas finalísticos e de apoio que atendam, simultaneamente, aos princípios do art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e às seguintes diretrizes:

I - sejam destinadas às ações e serviços de acesso universal, igualitário e gratuito;

II - estejam em conformidade com objetivos e metas explicitados nos Planos de Saúde do Município;

III - sejam de responsabilidade específica do setor de saúde, não se confundindo com despesas relacionadas a outras políticas públicas que atuam sobre determinantes sociais e econômicos, ainda que incidentes sobre as condições de saúde.

**Parágrafo único.** Além de atender aos critérios estabelecidos no artigo 11, as despesas com ações e serviços de saúde, realizadas pelo Município deverão ser financiadas com recursos alocados por meio dos respectivos Fundos de Saúde, nos termos do art. 77, § 3º, do ADCT.

**Art. 12º** - Atendidos os princípios e diretrizes operacionais definidas pela Portaria 2047/2002, para a aplicação da Emenda Constitucional nº 29/2000 e para efeito da aplicação do art. 77 do ADCT, consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde as relativas à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, incluindo:

I - vigilância epidemiológica e controle de doenças;

II - vigilância sanitária;

III - vigilância nutricional, controle de deficiências nutricionais, orientação alimentar, e a segurança alimentar promovida no âmbito do SUS;

IV - educação para a saúde;

V - saúde do trabalhador;

VI - assistência à saúde em todos os níveis de complexidade;

VII - assistência farmacêutica;





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

VIII - atenção à saúde dos povos indígenas;

IX - capacitação de recursos humanos do SUS;

X - pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico em saúde, promovidos por entidades do SUS;

XI - produção, aquisição e distribuição de insumos setoriais específicos, tais como medicamentos, imunobiológicos, sangue e hemoderivados, e equipamentos;

XII - saneamento básico e do meio ambiente, desde que associado diretamente ao controle de vetores, a ações próprias de pequenas comunidades ou em nível domiciliar, ou aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI);

XIII - serviços de saúde penitenciários, desde que firmado Termo de Cooperação específico entre os órgãos de saúde e os órgãos responsáveis pela prestação dos referidos serviços;

XIV - atenção especial aos portadores de deficiência; e

XV - ações administrativas realizadas pelos órgãos de saúde no âmbito do SUS e indispensáveis para a execução das ações indicadas nos itens anteriores.

**Parágrafo único.** Poderão integrar o montante considerado para o cálculo do percentual mínimo constitucionalmente exigido, na forma definida no parágrafo único, II do artigo 7º da Portaria 2047/2002, excepcionalmente, as despesas de juros e amortizações, no exercício em que ocorrerem decorrentes de operações de crédito contratadas a partir de 1º de janeiro de 2000, para financiar ações e serviços públicos de saúde.

**Art. 13º** - Em conformidade com os princípios e diretrizes mencionados nos arts. 11 e 12 desta Lei, combinado com o disposto no artigo 6º Portaria 2047/2002, não são consideradas como despesas com ações e serviços públicos de saúde, para efeito de aplicação do disposto no art. 77 do ADCT, as relativas a:

I - pagamento de aposentadorias e pensões;

II - assistência à saúde que não atenda ao princípio da universalidade (clientela fechada);





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

III - merenda escolar;

IV - saneamento básico, mesmo o previsto no inciso XII do art. 12 desta Lei, realizado com recursos provenientes de taxas ou tarifas e do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, ainda que excepcionalmente executado pela Secretaria de Saúde ou por entes a ela vinculados;

V - limpeza urbana e remoção de resíduos sólidos (lixo);

VI - preservação e correção do meio ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente dos Entes Federativos e por entidades não governamentais;

VII - ações de assistência social não vinculada diretamente à execução das ações e serviços referidos no art. 7º da Portaria 2.047/2002, bem como aquelas não promovidas pelos órgãos de Saúde do SUS;

**Art. 14º** - A proposta Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 30 de setembro de 2017, será composta, além da mensagem e do respectivo projeto de Lei, de:

I - anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social;

II - informações complementares.

§ 1º Integrarão a Lei de Orçamento, conforme estabelece o § 1º do art. 2º da Lei nº 4.320/64:

I - sumário geral da receita e da despesa por funções do Governo;

II - quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, na forma do Anexo 01 da Lei nº 4.320/64;

III - quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º Os anexos relativos aos orçamentos fiscais e da seguridade social serão compostos, com dados isolados ou consolidados, pelos seguintes demonstrativos:

I - da programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, de modo a dar cumprimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal;





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

II - da programação referente à aplicação em ações e serviços públicos de saúde, para dar cumprimento ao estabelecido nos incisos do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal, inciso III do art. 7º da Emenda Constitucional 29/2000, combinado com as determinações contidas na Portaria 2.047/GM, de 05.11.2002, do Ministro de Estado da Saúde;

III - do quadro da dívida fundada e flutuante do Município, com base no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2016;

IV - demonstrativo da Receita Arrecadada nos últimos 3 (três) exercícios e sua projeção para os 3 (três) subsequentes;

V - demonstrativo da Receita e Despesa segundo o Anexo 02 da Lei nº 4.320/64;

VI - demonstrativo da despesa na forma dos Anexos 6 a 9 da Lei n.º 4.320/64 – art. 2º, § 2º e suas alterações.

**Art. 15º** - A despesa será detalhada de acordo com o estabelecido na Portaria nº 42/99, na Portaria nº 163 e suas alterações.

**Art. 16º** - Na fixação das despesas serão observados prioritariamente os gastos com:

I - pessoal e encargos sociais;

II - serviços da dívida pública municipal;

III - contrapartida de convênios e financiamentos;

IV - projetos e obras em andamento que ultrapassem a 30% (trinta por cento) do cronograma de execução.

§ 1º Os recursos originários do Tesouro Municipal serão, prioritariamente, alocados para atender às despesas com pessoal e encargos sociais, nos limites previstos na Lei Complementar nº 101/2000, e serviços da dívida, somente podendo ser programados para outros custeios administrativos e despesas de capital, após o atendimento integral dos aludidos gastos.





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

§ 2º As atividades de manutenção básica terão preferência sobre as atividades que visem a sua expansão.

§ 3º Não poderão ser incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial, salvo nos casos previstos em Lei específica.

Art. 17º - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que atendam diretamente ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde e educação.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2016 por três autoridades locais e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º Os recursos destinados a título de subvenções sociais, somente serão alocados nos órgãos, entidades e fundos, que atuam nas áreas citadas no *caput* deste artigo.

§ 3º Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios e/ou termo de parceria, conforme determina o art. 116, da Lei nº 8.666/1993 e a exigência do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 18º - A concessão de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas, conforme determina o art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000, deverá ser autorizada por Lei específica, atendidas as condições nela estabelecidas.

Art. 19º - A discriminação da receita será efetuada de acordo com o estabelecido na Portaria Conjunta STN/SOF nº 4, de 30 de novembro de 2010, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, que aprova a edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e dá outras providências.

Art. 20º - A receita municipal será constituída da seguinte forma:





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

- I - dos tributos de sua competência;
- II - das transferências constitucionais;
- III - das atividades econômicas que, por conveniência, o Município venha a executar;
- IV - dos convênios firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios ou com Entidades e Instituições Privadas Nacionais e Internacionais, firmados mediante instrumento legal;
- V - das oriundas de serviços executados pelo Município;
- VI - da cobrança da dívida ativa;
- VII - das oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados e contratados;
- VIII - dos recursos para o financiamento da Educação, definido pela legislação vigente, em especial Leis nº 9.394/96 e nº 11.494.
- IX - dos recursos para o financiamento da Saúde, definido pela legislação vigente, em especial art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal, Emenda Constitucional 29/2000, combinado com as determinações contidas na Portaria 2.047/GM, de 05.11.2002, do Ministro de Estado da Saúde;
- XI - de outras rendas.

**Art. 21º** - Nos orçamentos fiscais e da seguridade social, a apropriação da despesa far-se-á por categoria de programação conforme conceito estabelecido no art. 8º, inciso VII, desta Lei.

§ 1º Para fins de integração do planejamento e orçamento, será adotada, no âmbito do Município, a classificação por função, subfunção e programa a que se refere à Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão.

§ 2º Os órgãos da Administração Direta, os Fundos e as entidades da Administração Indireta, responsáveis direta ou indiretamente pela execução das ações de uma categoria de programação, serão identificados na proposta Orçamentária, como unidades Orçamentárias.





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

§ 3º As dotações atribuídas às unidades Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou em crédito adicional, poderão ser executadas por unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da Administração Direta, integrante dos orçamentos fiscal e da seguridade social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito, respectivamente.

Art. 22º - A Lei Orçamentária estimará a receita e fixará a despesa dentro da realidade, capacidade econômico-financeira e da necessidade do Município.

### SEÇÃO III

#### DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

##### E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 23º - O Poder Legislativo encaminhará até o dia 31 de julho de 2016, ao Poder Executivo, a respectiva proposta de orçamento, para efeito de sua consolidação na proposta de orçamento do Município, atendidos os princípios constitucionais e a Lei Orgânica Municipal, estabelecidos a esse respeito.

§1º - Na elaboração de sua proposta, o Poder Legislativo, além da observância do estabelecido nesta Lei, adotará:

I - o estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 58/2009;

II - os procedimentos estabelecidos pelo órgão encarregado da elaboração do orçamento.

§2º - O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício de anterior.





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

I - Para fins do disposto no parágrafo segundo tomar-se-á por referência o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado até o mês de junho projetado até dezembro de 2016.

**Art. 24º** - Os órgãos da administração direta e seus fundos deverão entregar suas respectivas propostas Orçamentárias ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até o dia 31 de julho, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária.

**Art. 25º** - O órgão responsável pelo setor jurídico encaminhará ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até 01 de julho de 2017 a relação dos débitos atualizados e constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta Orçamentária para o exercício de 2018, conforme determina o art. 100, § 1º da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 30/2000, discriminada por órgão da administração direta, autarquias, fundações e fundos e por grupos de despesa, especificando:

- I - número e data do ajuizamento da ação ordinária;
- II - número e tipo do precatório;
- III - tipo da causa julgada;
- IV - data da autuação do precatório;
- V - nome do beneficiário;
- VI - valor a ser pago; e,
- VII - data do trânsito em julgado.

**Parágrafo Único:** A inclusão de recursos na Lei Orçamentária será realizada de acordo com os seguintes critérios e prioridades, respeitada a ordem cronológica:

- I - precatórios de natureza alimentícia;





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

II - precatórios de natureza não alimentícia, com valor não superior a R\$ 3.000,00 (tres mil reais), cujo pagamento deverá ser efetuado em parcela única;

III - precatórios de natureza não alimentícia, com valor superior a R\$ 3.001,00 (dez mil e um reais), cujo pagamento poderá ser efetuado de acordo com a disponibilidade financeira do Município

IV - precatórios originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época de imissão da posse, cujos valores ultrapassem o limite do inciso II, poderá ser efetuado de acordo com a disponibilidade financeira do Município

**Art. 26º** - As propostas de modificação do projeto de Lei Orçamentária Anual serão apresentadas:

I - na forma das disposições constitucionais e no estabelecido na Lei Orgânica do Município;

II - acompanhadas de exposição de motivos que as justifiquem.

§ 1º - Os projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

§ 2º - Acompanharão os projetos de Lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 3º - Cada projeto de Lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 4º - Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, evidenciando o excesso apurado ou sua tendência para o exercício.

**Art. 27º** - Na apreciação pelo Poder Legislativo do projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente poderão ser aprovadas caso:





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heróica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:

- a) dotação para pessoal e seus encargos;
- b) serviço da dívida.

III - sejam relacionadas com:

- a) a correção de erros ou omissões; ou
- b) os dispositivos do texto do projeto de Lei.

§ 1º As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

I - no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da Lei Orçamentária;

II - no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

§ 2º A correção de erros ou omissões será justificada circunstancialmente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no projeto de Lei Orçamentária.

**Art. 28º** - A criação de novos projetos ou atividades, além dos constantes da proposta de Lei Orçamentária Anual, somente será admitida mediante a redução de dotações alocadas a outros projetos ou atividades, observadas as disposições constitucionais, o estabelecido na Lei Orgânica do Município e nesta Lei.

**Art. 29º** - Para fins do disposto no artigo 27 desta Lei, entende-se por:





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heróica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

**Emenda** - proposição apresentada como acessória de outra, com existência e tramitação dependente da proposição principal. A emenda é admitida quando pertinente ao assunto versado na proposição principal e quando incidente sobre um só dispositivo, salvo matéria correlata. Conforme sua finalidade, pode ser *aditiva, modificativa, substitutiva, aglutinativa ou supressiva*;

**Emenda aditiva** - é a que acrescenta dispositivos, expressões ou palavras à proposição principal;

**Emenda modificativa** - é a que altera a proposição principal sem modificar substancialmente seu conteúdo. Portanto, modifica apenas parte do dispositivo (ementa, artigo, parágrafo, inciso, alínea ou número) que é objeto da emenda. Denomina-se **emenda de redação** a **modificativa** que visa a sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa, lapso manifesto ou erro evidente;

**Emenda substitutiva** - a apresentada como sucedâneo de dispositivo de outra proposição. Portanto, substitui integralmente a ementa, o artigo, o parágrafo, o inciso, a alínea ou o número que constitui o objeto da emenda;

**Emenda aglutinativa** - a que resulta da fusão de emendas entre si ou de uma ou mais emendas com a proposição principal, a fim de formar um novo texto com objetivos aproximados;

**Emenda supressiva** - é a que objetiva eliminar parte de outra proposição, devendo incidir sobre texto integral de artigo, parágrafo, inciso, alínea ou número;

**Subemenda** - é a emenda que altera outra emenda, podendo ser supressiva de parte desta, substitutiva ou aditiva;

**Projeto substitutivo**, ou simplesmente **substitutivo** - denominação dada à emenda destinada a substituir integralmente a proposição principal.

§ 1º A emenda é admitida quando pertinente ao assunto versado na proposição principal e quando incidente sobre um só dispositivo, salvo matéria correlata, seguindo princípios de coesão, precisão, clareza e concisão cuja redação deve ser norteada por regras básicas de técnica legislativa, contemplando os elementos constitutivos da estrutura do projeto.





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

§ 2º Para o atendimento às disposições desta Lei, a emenda, objetivando a sua perfeita compreensão, requer estrutura e forma básicas e elementares em exata observância à técnica legislativa, deverá compor-se de dados e informações mínimas ao perfeito entendimento do que se propõe, evidenciando:

a) **epígrafe**, em que à expressão EMENDA N.º ... se segue a indicação da espécie e do número da proposição a que ela se refere;

b) **fórmula pela qual se determina a alteração a ser feita**: “Suprima-se ...”, “Onde se lê ...”, “Leia-se ...”, “Acrescente-se ...”, “Dê-se ao art... a seguinte redação”;

c) **contexto**, em que se procede à supressão ou substituição de determinada expressão, ou se enuncia o dispositivo a ser acrescentado, ou se dá nova redação a determinado dispositivo;

d) **fecho**, que compreende o local (Sala das Reuniões, Sala das Comissões), a data de apresentação e o nome do autor;

e) **justificação**, é o texto que acompanha o projeto e no qual, pela apresentação e defesa de uma série de argumentos (justificativas), procura o autor demonstrar a necessidade ou oportunidade da proposição, respaldado no conhecimento e domínio dos princípios constitucionais, legais e normativos que regem à matéria a ser emendada, de forma a permitir que o autor possa, com clareza, objetividade, fundamentação e embasamento técnico legal, expor as razões que justifiquem alteração proposta.

Art. 30º - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2018. Deverão ser realizadas de modo a evidenciar a Transparência da Gestão Fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se um amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada etapa do processo orçamentário.





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1380

Art. 31º - O chefe do Poder Executivo adotará mecanismos para assegurar a participação social na indicação de prioridades na elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2018, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados. Onde o chefe do poder executivo se não obedecer o que preceitua o artigo, sofrera as penalidades constantes na constituição federal, lei de responsabilidade fiscal e lei orgânica municipal.

Parágrafo único. Os mecanismos previstos no *caput* deste artigo serão operacionalizados:

I - mediante audiências públicas, com a participação da população em geral, de entidades de classes, setores organizados da sociedade civil e organizações não governamentais;

II - pela seleção dos projetos prioritários, por cada área considerada, a serem incorporados na proposta Orçamentária do exercício; ou

III - por qualquer outro mecanismo, instrumento ou metodologia que assegure a participação social.

Art. 32º - O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 33º - Sancionada e promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados, para efeito de execução Orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDD relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual.

§ 1º As atividades e projetos serão detalhados, no Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação e Elemento de Despesa;





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

§ 2º Os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDD deverão discriminar, os projetos e atividade, consignados à cada Órgão e Unidade Orçamentária, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Natureza de Despesa, a Modalidade de Aplicação e o Elemento de Despesa;

§ 3º Os QDD serão aprovados, por decreto, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores;

§ 4º Os QDD poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução Orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos Grupos de Natureza da Despesa, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais regularmente abertos.

Art. 34º - Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo, através de decreto, elaborará programação financeira, visando compatibilizar os gastos com a efetiva arrecadação das receitas e o cronograma de execução mensal de desembolso, conforme estabelecido no art. 8º da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 35º - As propostas de modificação da Lei Orçamentária por créditos adicionais serão apresentadas na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual, de acordo com as disposições do art. 26 desta Lei.

#### CAPÍTULO IV

#### DA GERAÇÃO DA DESPESA

Art. 36º - Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101/00 e arts. 37 e 38 desta Lei.





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

Art. 37º - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação Orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei, em conformidade com a Lei Complementar 101/00 considera-se:

I - adequada com a Lei Orçamentária Anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infraja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do art. 37, será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizado.

§ 3º Para os fins do § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas que não excedam os limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93, atualizada pelas Leis nº 8.883, de 08.06.94, nº 9.648 de 27.05.98 e nº 9.854, de 27.10.99.





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

§ 4º - As normas do art. 37 constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal.

**Art. 38º** - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de Lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deste artigo deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 37 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no Anexo II desta Lei, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integram o instrumento que a criar ou aumentar.







Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

**Art. 41º**- As dotações Orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais, em cada Poder, serão estimadas, para o exercício de 2018, com base na folha de pagamento de junho de 2017, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais.

§ 1º A repartição dos limites globais não poderá exceder os seguintes percentuais, conforme estabelece o art. 19, inciso III da Lei Complementar nº 101/2000.

I - 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;

II - 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

§ 2º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

I - de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II - relativas a incentivos à demissão voluntária;

III - derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal;

IV - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração.

**Art. 42º** - A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos no § 1º do art. 41 desta Lei será realizada ao final de cada quadrimestre.





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

**Parágrafo único.** Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra.

**Art. 43º** - Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos no art. 41, sem prejuízo das medidas previstas no art. 42 desta Lei, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 1º No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

§ 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

I - receber transferências voluntárias;





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

II - obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;

III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida imobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Art. 44º - Fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, desde que observado o disposto no artigo seguinte.

Art. 45º - Todo e qualquer ato que provoque aumento da despesa total com pessoal somente será editado e terá validade se:

I - houver prévia dotação Orçamentária suficiente para atender às despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, nos termos do art. 169, § 1º, inciso I, da Constituição Federal;

II - for comprovado o atendimento do limite de comprometimento da despesa com pessoal estabelecido no art. 41 desta Lei;

III - forem observadas as restrições e limitações contidas na Lei 101/2000.

Parágrafo único. O disposto no *caput* compreende, entre outras:

I - a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração;

II - a criação de cargos, empregos e funções ou a alteração de estrutura de carreiras;

III - a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título.

Art. 46º - O projeto da Lei Orçamentária poderá consignar recursos adicionais necessários ao incremento do quadro de pessoal nas áreas de:

I - educação;

II - saúde;





DETERMINAÇÃO

2002

**DETERMINAÇÃO DO REGIME DE SERVIÇO PÚBLICO DE SERVIDORES**

**ANEXO II**

REGIME DE SERVIÇO PÚBLICO DE SERVIDORES

- I - O regime de serviço público de servidores públicos de São Carlos - SP será o regime de estatuto de servidores públicos.
- II - O regime de serviço público de servidores públicos de São Carlos - SP será o regime de estatuto de servidores públicos.
- III - O regime de serviço público de servidores públicos de São Carlos - SP será o regime de estatuto de servidores públicos.
- IV - O regime de serviço público de servidores públicos de São Carlos - SP será o regime de estatuto de servidores públicos.

REGIME DE SERVIÇO PÚBLICO DE SERVIDORES

- I - O regime de serviço público de servidores públicos de São Carlos - SP será o regime de estatuto de servidores públicos.

REGIME DE SERVIÇO PÚBLICO DE SERVIDORES

- I - O regime de serviço público de servidores públicos de São Carlos - SP será o regime de estatuto de servidores públicos.

**REGIME DE SERVIÇO PÚBLICO DE SERVIDORES**

**DETERMINAÇÃO DO REGIME DE SERVIÇO PÚBLICO DE SERVIDORES**

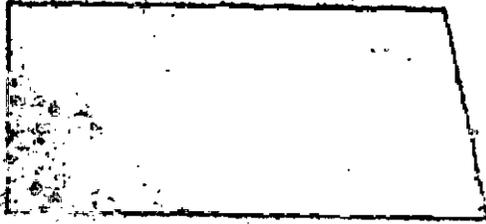
**ANEXO I**

REGIME DE SERVIÇO PÚBLICO DE SERVIDORES

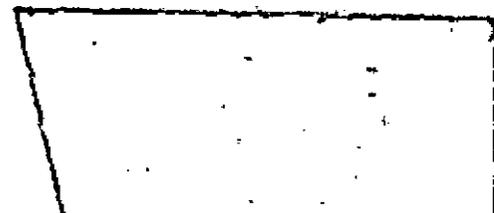
REGIME DE SERVIÇO PÚBLICO DE SERVIDORES



CNPJ: 17.029.001/0001-00 | Telefone: (47) 3422-1200  
Rua São João, 11 - Centro Histórico | CEP: 13500-000  
Cidade: São Carlos - Minas Gerais (Distrito de São Carlos de 1821)  
Cidade: São Carlos - Minas Gerais (Distrito de São Carlos de 1821)  
Cidade: São Carlos - Minas Gerais (Distrito de São Carlos de 1821)



de São Carlos  
Município Municipal  
**OFICIAL**  
**DIÁRIO**





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heróica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

Art. 48º - A gestão fiscal responsável tem por finalidade o alcance de condições de estabilidade e crescimento econômico sustentado do Município objetivando a geração de emprego, de renda e a elevação da qualidade de vida e bem-estar social.

Art. 49º - A gestão fiscal responsável das finanças do Município far-se-á mediante a observância de normas quanto:

I - ao endividamento público;

II - ao aumento dos gastos públicos com as ações governamentais de duração continuada;

III - aos gastos com pessoal e encargos sociais;

IV - à administração e gestão financeira.

Art. 50º - São princípios fundamentais para o alcance da finalidade e dos objetivos previstos no art. 48 desta Lei:

I - o equilíbrio entre as aspirações da sociedade por ações do governo municipal e os recursos que esta coloca à disposição do Município, na forma de pagamento de tributos, para atendê-las;

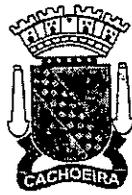
II - a limitação da dívida ao percentual estabelecido no art. 52 desta Lei;

III - a adoção de política tributária estável e previsível coerente com a realidade econômica e social do Município e da região em que este se insere;

IV - a limitação e contenção dos gastos públicos;

V - a administração prudente dos riscos fiscais e, em ocorrendo desvios eventuais, a adoção de medidas corretivas e punitivas a serem definidas por ato do chefe do Poder Executivo;





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heróica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

VI - a transparência fiscal, através do amplo acesso da sociedade às informações sobre as contas públicas, bem como aos procedimentos de arrecadação e aplicação dos recursos públicos.

Art. 51º - A fixação de despesas nos orçamentos em cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual, priorizadas por esta Lei, guardará relação com os recursos efetivamente disponíveis, particularmente as receitas tributárias, próprias ou transferidas.

## SEÇÃO II

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 52º - A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento das despesas decorrentes dos débitos financiados e refinanciados, identificados na forma do art. 29 da Lei Complementar nº 101/00.

§ 1º A dívida pública consolidada, conforme dispõe o art. 1º, § 1º, III, da Resolução nº 40 do Senado Federal, compreende o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de Lei, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento.

§ 2º Serão considerados no grupo da dívida consolidada todos os contratos, acordos ou ajustes firmados pelo município para a regularização de débitos de exercícios anteriores contraídos, pelo não pagamento de encargos sociais, especificamente INSS, FGTS e PASEP, bem como os oriundos das concessionárias de serviços públicos referentes aos serviços de energia elétrica, abastecimento de água e telefonia fixa e móvel, conforme previsto na Portaria





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

nº 249, de 30.04.2010, da STN, que aprova a 3ª edição do Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais.

§ 3º A dívida consolidada líquida, compreende a dívida pública consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

§ 4º O endividamento líquido do Município até o final do décimo quinto exercício financeiro, contado a partir do encerramento do exercício financeiro de 2001, não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a Receita Corrente Líquida, conforme determina o art. 3º, III da Resolução nº 40 do Senado Federal.

**Art. 53º** - O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal, observado as disposições contidas nos arts. 32 a 37 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

§ 2º O montante global das operações de crédito interna e externa, realizadas em um exercício financeiro, não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da RCL, conforme determina o art. 7º, I da Resolução nº 43 do Senado Federal.

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 54º** - Os fundos especiais do Município, criados na forma do disposto no artigo 167, inciso IX, da Constituição Federal e disposições contidas na Lei n.º 4.320/64, combinado com o previsto na Portaria 2.047/02, Resoluções nº 647/02 e nº 297/96 e Parecer Normativo nº 004/96 do Tribunal de Contas dos Municípios, constituir-se-ão em Unidade Orçamentária, vinculados a um órgão da Administração Municipal.





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

**Art. 55º** - Caso a Lei Orçamentária Anual não seja aprovada e sancionada até 31 de dezembro de 2017, fica o Poder Executivo autorizado a executar a razão de 1/12 (um doze avos) da proposta Orçamentária das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos;

II - serviços da dívida;

III - despesas decorrentes da manutenção básica dos serviços municipais e ações prioritárias a serem prestadas à sociedade, principalmente saúde e educação com financiamento específico;

IV - investimentos em continuação de obras de saúde, educação, saneamento básico e serviços essenciais;

V - contrapartida de Convênios Especiais.

**Parágrafo único.** Ficam excluídas da limitação prevista no *caput* deste artigo, as despesas de convênios e financiamentos que obedeçam a uma execução fixada em instrumento próprio.

**Art. 56º** - Poderá a Lei Orçamentária Anual ser atualizada, durante a sua execução, para adequá-la à conjuntura econômica e financeira, com base em índices oficiais.

**Art. 57º** - O Poder Executivo fica autorizado a firmar os convênios necessários ao cumprimento da Lei Orçamentária Anual com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, de outros Municípios e entidades privadas, nacionais e internacionais.

**Art. 58º** - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitarão a emissão de empenho e movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas.





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

§ 1º A limitação que trata o *caput* será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento das despesas em “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras” de cada Poder.

§ 2º Não estarão sujeitos à limitação de empenho as seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos;
- II - serviços da dívida;
- III - decorrentes de financiamentos;
- IV - decorrentes de convênios;
- V - as sujeitas a limites constitucionais como educação, saúde e assistência social.

§ 3º No caso de o Poder Legislativo não promover a limitação prevista no prazo estabelecido no *caput* deste artigo, o Poder Executivo fica autorizado a limitar os valores financeiros nos mesmos critérios estabelecidos para o Poder Executivo.

Art. 59º - A proposta Orçamentária conterá reserva de contingência no orçamento fiscal, em montante máximo correspondente a até 5% (cinco por cento), calculado sobre o total da Receita Corrente Líquida do Município projetada para o exercício de 2017..

Art. 60º - A elaboração, aprovação e execução da Lei Orçamentária deverão levar em conta a obtenção do resultado previsto no Anexo de Metas Fiscais.

Art. 61º - Integrará a presente Lei os seguintes Anexos:





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

#### Anexo I - Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

#### Anexo II - Metas Fiscais

Demonstrativo I – Metas Anuais;

Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;

Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Demonstrativo IX – Estimativa da Receita

#### Anexo III - Riscos Fiscais

**Parágrafo único.** Os Anexos previstos neste artigo poderão ser revistos, atualizados e alterados por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária 2018 tendo em vista o comportamento das receitas e despesas municipais, e, também, a definição das transferências constitucionais constantes dos projetos orçamentários da União e do Estado da Bahia, assim como as prioridades serão elaboradas e definidas quando do plano plurianual de investimento referente ao período de 2018 a 2021.





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

Art. 62º - Para fins do disposto no art. 4º, § 3º da Lei Complementar 101/2000 e desta Lei, são riscos fiscais os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, constituídos de dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como precatórios, na forma definida no Anexo III, Restos a Pagar com prescrição interrompida, débitos não quitados com concessionárias de serviços públicos, despesas classificáveis de acordo com o art. 37 da Lei 4.320/1964 e outros passivos contingentes, riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 63º - Os passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais capazes de afetar as contas públicas, previstos no art. 62 só poderão ser atendidos através da Reserva de Contingência.

Art. 64º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até o dia 31/12/ 2018.

Art. 65º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CACHOEIRA, em 05 de julho de 2017.

FERNANDO ANTÔNIO DA SILVA PEREIRA  
Prefeito Municipal

ENOCK DIAS SANTOS  
Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

# ANEXOS





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

➤ ANEXO I - Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Nota explicativa: Com base no Art. 3º, desta Lei:

Art. 3º - Os órgãos da administração direta e indireta enviarão suas propostas orçamentárias parciais para 2018, baseadas nesta Lei para o Setor de Planejamento, até o dia 30 de julho de 2017, para fins de verificação de inclusão na LDO de 2018, e elaboração do Plano Plurianual 2018 a 2021.





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ana Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

➤ ANEXO II – Metas Fiscais

---

|  |   |
|--|---|
| Demonstrativo I – Metas Anuais;  | 1 |
| Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;                             | 2 |
| Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Dois Exercícios Anteriores; | 3 |
| Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;   | 4 |
| Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;                             | 5 |
| .....  |   |
| Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS; .....                                    | 6 |
| Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; .....                                       | 7 |
| Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado; .....                   | 8 |
| Demonstrativo IX – Metodologia de Projeção da Receita .....  | 9 |
| Limite de Despesa com do Legislativo   |   |
| Limite de Despesa com Saúde  |   |
| Limite de Despesa com Educação   |   |





Prefeitura Municipal da Cachoeira  
Cidade Heroica (Lei Provincial Nº 43, de 13 de março de 1837)  
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68.045, de 18 de janeiro de 1971)  
Rua Ans Nery, nº 27, Centro Histórico | CEP: 44300-000  
CNPJ: 13.828.397/0001-56 | Telefone: (75) 3425-1390

> ANEXO III – Riscos Fiscais

Anexo de Riscos Fiscais .....





PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA  
ESTADO DA BAHIA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO III - ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
2018  
DEMONSTRATIVO I

ARF (LRF, art 4o, § 3o)

| PASSIVOS CONTINGENTES                 |  | PROVIDÊNCIAS |  |
|---------------------------------------|--|--------------|--|
| Descrição                             | Descrição  | Valor        |  |
| Demandas Judiciais                    | Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência  | 119.486,34   |  |
| Dívidas em Processo de Reconhecimento |  |              |  |
| Avals e Garantias Concedidas          |  |              |  |
| Assunção de Passivos                  |  |              |  |
| Assistências Diversas                 |  |              |  |
| Outros Passivos Contingentes          |  |              |  |
| DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS        |  | PROVIDÊNCIAS |  |
| Descrição                             | Descrição  | Valor        |  |
| Frustração de Arrecadação             | Limitação de Empenho   | 119.486,34   |  |
| Restituição de Tributos a Maior       | Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesa discricionárias e da Reserva de Contingência                       |              |  |
| Discrepância de Projeções             | Limitação de empenho, abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesa discricionárias e da Reserva de Contingência |              |  |
| Outros Riscos Fiscais                 | Contingência   |              |  |



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA  
ESTADO DA BAHIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO II - ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS E MEMÓRIA DE CÁLCULO  
2018  
DEMONSTRATIVO I

R\$ 1.00

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, I 1º)

| Descrição                           | 2016          |               | 2017               |               | 2018          |                    | 2019          |               | 2020               |       | 2021  |       |
|-------------------------------------|---------------|---------------|--------------------|---------------|---------------|--------------------|---------------|---------------|--------------------|-------|-------|-------|
|                                     | Valor         | Valor         | Valor              | Valor         | Valor         | Valor              | Valor         | Valor         | Valor              | Valor | Valor | Valor |
| Recursos Totais                     | 72.671.871,11 | 70.220.573,07 | 1.841.796.777,75   | 77.060.777,16 | 75.461.179,39 | 1.926.519.429,53   | 10.605.573,93 | 76.840.391,64 | 2.015.139.323,28   |       |       |       |
| Recursos Primários (I)              | 72.671.871,11 | 69.565.017,04 | 1.824.893.297,09   | 76.353.535,55 | 72.766.973,82 | 1.908.518.348,06   | 9.885.795,18  | 76.133.174,62 | 1.996.444.954,54   |       |       |       |
| Despesas Totais                     | 72.671.871,29 | 70.230.573,20 | 1.841.796.782,25   | 77.060.777,37 | 75.461.179,57 | 1.926.519.434,23   | 10.605.573,13 | 76.840.393,83 | 2.015.139.328,21   |       |       |       |
| Despesas Primárias (II)             | 72.671.871,29 | 69.611.377,53 | 1.825.556.015,20   | 76.381.263,69 | 72.815.406,76 | 1.909.531.592,31   | 9.894.801,82  | 76.162.823,47 | 1.997.370.043,43   |       |       |       |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | (26.506,17)   | (25.370,49)   | 662.711.500,00     | (27.728,14)   | (26.432,93)   | 693.203.551,00     | (29.003,64)   | (27.648,83)   | 725.090.914,35     |       |       |       |
| Resultado Nominal                   | -             | -             | -                  | -             | -             | -                  | -             | -             | -                  |       |       |       |
| Dívida Pública Consolidada          | 12.051.321,08 | 21.623.183,87 | 551.333.049.500,00 | 23.067.773,65 | 21.990.223,42 | 576.694.369.771,00 | 24.128.891,45 | 23.001.804,03 | 602.323.510.760,79 |       |       |       |
| Dívida Consolidada Liquida          | 10.227.594,26 | 19.282.702,23 | 343.098.165.500,00 | 21.134.022,17 | 20.169.700,33 | 542.930.554.339,00 | 22.131.191,19 | 21.097.513,05 | 552.492.279.859,51 |       |       |       |

PMO: Prefeitura Municipal de CACHOEIRA

OS: OS parâmetros acima serão revisados quando da elaboração da proposta da Lei Orçamentária Anual para 2018 e elaboração de PPA 2018 a 2021

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário:

| VARIÁVEL                              | 2016 | 2017 | 2018 |
|---------------------------------------|------|------|------|
| Crescimento real do PIB - BA (% a.a.) | 4,00 | 4,00 | 4,00 |
| Inflação IGP - DI (% a.a. - 12 meses) | 4,90 | 4,90 | 4,90 |
| Índice de Ajustamento Municipal       | 4,60 | 4,60 | 4,60 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA  
ESTADO DA BAHIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO II - ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
2018  
DEMONSTRATIVO II

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO                     | 2016          |                | Variação        |             |
|-----------------------------------|---------------|----------------|-----------------|-------------|
|                                   | (a)           | 2016           | (b) - (a)       | (b/a) x 100 |
| Receita Total                     | 67.206.289,95 | 48.405.234,58  | - 18.801.055,37 | -27,98      |
| Receitas Primárias (I)            | 66.589.489,95 | 48.406.780,57  | - 18.182.709,38 | -27,31      |
| Despesa Total                     | 67.206.289,95 | 48.519.295,03  | - 18.686.994,92 | -27,81      |
| Despesas Primárias (II)           | 66.613.672,08 | 49.799.953,81  | - 16.813.718,27 | -25,24      |
| Resultado Primário (III) = (I-II) | (24.182,13)   | (1.393.173,24) | - 1.368.991,11  | 5661,17     |
| Resultado Nominal                 |               | 1.000.944,58   | 1.000.944,58    | 0,00        |
| Dívida Pública Consolidada        | 22.053.321,98 | 6.247.182,56   | - 15.806.139,42 | -71,67      |
| Dívida Consolidada Líquida        | 20.227.554,66 | 5.266.152,73   | - 14.961.401,93 | -73,97      |

OBS: OS parametros acima serão revistos quando da elaboração da proposta da Lei Orçamentária Anual para 2018 e elaboração do PPA 2018 a 2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA  
ESTADO DA BAHIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO II - ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES  
2018  
DEMONSTRATIVO III

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO                       | VALORES A PREÇOS CORRENTES |               |               |               |               |               |
|-------------------------------------|----------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|                                     | 2015                       | 2016          | 2017          | 2018          | 2019          | 2020          |
| Receita Total                       | 42.600.006,69              | 45.156.007,09 | 70.230.573,03 | 73.461.179,39 | 76.840.393,64 | 80.375.051,75 |
| Receitas Primárias (I)              | 42.625.288,31              | 45.182.805,61 | 69.586.017,03 | 72.786.973,81 | 76.135.174,61 | 79.637.392,64 |
| Despesa Total                       | 42.600.006,69              | 45.156.007,09 | 70.230.573,03 | 73.461.179,39 | 76.840.393,64 | 80.375.051,75 |
| Despesas Primárias (II)             | 42.753.006,29              | 45.318.186,67 | 69.611.287,36 | 72.813.406,58 | 76.162.823,28 | 79.666.313,15 |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | (127.717,98)               | (135.381,06)  | (25.270,33)   | (26.432,77)   | (27.648,67)   | (28.920,51)   |
| Resultado Nominal                   | 522.539,24                 | 553.891,59    | 587.125,09    | 614.132,84    | 642.382,95    | 671.932,57    |
| Dívida Pública Consolidada          | 7.085.710,64               | 7.510.853,28  | 22.053.321,98 | 23.067.774,79 | 24.128.892,43 | 25.238.821,48 |
| Dívida Consolidada Líquida          | 5.973.002,08               | 6.331.382,21  | 20.227.554,66 | 21.158.022,17 | 22.131.291,19 | 23.149.330,59 |

| ESPECIFICAÇÃO                       | VALORES A PREÇOS CONSTANTES |               |               |               |               |               |
|-------------------------------------|-----------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|                                     | 2015                        | 2016          | 2017          | 2018          | 2019          | 2020          |
| Receita Total                       | 42.600.006,69               | 45.156.007,09 | 47.865.367,51 | 70.230.573,03 | 73.461.179,39 | 76.840.393,64 |
| Receitas Primárias (I)              | 42.625.288,31               | 45.182.805,61 | 47.893.773,94 | 69.586.017,04 | 72.786.973,82 | 76.135.174,62 |
| Despesa Total                       | 42.600.006,69               | 45.156.007,09 | 47.865.367,51 | 70.230.573,53 | 73.461.179,91 | 76.840.394,19 |
| Despesas Primárias (II)             | 42.753.006,29               | 45.318.186,67 | 48.037.277,87 | 69.611.287,53 | 72.813.406,76 | 76.162.823,47 |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | (127.717,98)                | (135.381,06)  | (143.503,93)  | (25.270,49)   | (26.432,93)   | (27.648,85)   |
| Resultado Nominal                   | 522.539,24                  | 553.891,59    | 587.125,09    | -             | -             | -             |
| Dívida Pública Consolidada          | 7.085.710,64                | 7.510.853,28  | 7.961.504,48  | 21.023.185,87 | 21.990.252,42 | 23.001.804,03 |
| Dívida Consolidada Líquida          | 5.973.002,08                | 6.331.382,21  | 6.711.265,14  | 19.282.702,25 | 20.169.706,55 | 21.097.513,05 |

FONTE: Prefeitura Municipal de CACHOEIRA.

OBS: OS parametros acima serão revistos quando da elaboração da proposta da Lei Orçamentaria Anual para 2018 e elaboração do PPA 2018 a 2020

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário

| VARIÁVEIS                             | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|---------------------------------------|------|------|------|------|------|
| Crescimento real do PIB - BA (% a.a.) | 4,00 | 4,00 | 4,00 | 4,00 | 4,00 |
| Inflação IGP - DI (% a.a. - 12 meses) | 4,10 | 4,50 | 4,50 | 4,70 | 4,50 |
| Esforço de Arrecadação Municipal      | 6,00 | 6,00 | 4,60 | 4,60 | 4,60 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA  
ESTADO DA BAHIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO II - ANEXO DE METAS FISCAIS  
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
2018  
DEMONSTRATIVO IV

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO  | 2016                | 2015                | 2014         | 2013   | 2012                |
|---------------------|---------------------|---------------------|--------------|--------|---------------------|
| Patrimônio/Capital  | -109.021,94         | -27,54              | -391.034,36  | -27,54 | -373.837,82         |
| Reservas            | 0,00                | 0,00                | 0,00         | 0,00   | 0,00                |
| Resultado Acumulado | 1.894.466,57        | 100,00              | 1.811.153,51 | 100,00 | 1.731.304,31        |
| <b>TOTAL</b>        | <b>1.485.444,63</b> | <b>1.420.119,15</b> |              |        | <b>1.357.666,49</b> |

OBS: OS parâmetros acima serão revistos quando da elaboração da proposta da Lei Orçamentária Anual para 2018 e elaboração do PPA 2018 a 2021

REGIME PREVIDENCIÁRIO

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO             | 2016 | 2015 | 2014 |
|--------------------------------|------|------|------|
| Patrimônio                     |      |      |      |
| Reservas                       |      |      |      |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados |      |      |      |
| <b>TOTAL</b>                   |      |      |      |

FONTE: Prefeitura Municipal de CACHOEIRA

Nota: O Município não dispõe de Fundo de Previdência



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA  
ESTADO DA BAHIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO II - ANEXO DE METAS FISCAIS  
RECEITA POR FONTE DE RECURSO

2018  
DEMONSTRATIVO IX

| FONTES           | DESCRIÇÃO   | 2018          |               |               |
|------------------|---|---------------|---------------|---------------|
|                  |   | 2018          | 2019          | 2020          |
| 00               | Recursos Ordinários   | 21.349.747,81 | 22.395.885,45 | 23.493.283,84 |
| 01               | Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação - 25%  | 10.315.149,28 | 10.820.591,60 | 11.350.600,58 |
| 02               | Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde - 15%   | 6.182.512,34  | 6.485.455,45  | 6.803.242,78  |
| 03               | Contribuição p/ o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)                 | -             | -             | -             |
| 04               | Contribuição ao Programa Ensino Fundamental - Salário Educação  | 836.404,42    | 877.388,23    | 920.380,25    |
| 10               | Fundo de Cultura  | 83.640,44     | 87.738,82     | 92.038,03     |
| 14               | Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS  | 8.672.406,62  | 9.087.354,54  | 9.543.124,91  |
| 15               | Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE  | 1.431.514,52  | 1.501.658,74  | 1.575.240,01  |
| 16               | Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE   | 137.222,90    | 143.946,82    | 151.000,22    |
| 18               | Transferências de Recursos (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica) | 9.996.017,71  | 10.475.332,57 | 10.988.623,87 |
| 19               | Transferências FUNDEB (aplicação em outras despesas de Educação Básica)   | 6.526.798,08  | 6.846.611,18  | 7.182.095,13  |
| 22               | Transferências de Convênios - Educação  | 1.393.210,78  | 1.461.478,11  | 1.533.090,54  |
| 23               | Transferências de Convênios - Saúde   | 1.825.751,35  | 1.915.213,17  | 2.009.058,61  |
| 24               | Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde)  | 2.369.714,13  | 2.485.830,12  | 2.607.635,80  |
| 29               | Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS   | 1.272.529,57  | 1.334.883,52  | 1.400.292,82  |
| 30               | Transferências do Fundo de Investimento Econômico Social - FIES   | 240.167,55    | 251.935,76    | 264.280,62    |
| 42               | Royalties/Fundo Especial do Petróleo/Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais                              | 599.968,42    | 629.368,87    | 660.205,85    |
| 50               | Receitas Próprias de Entidades de Administração Indireta  | -             | -             | -             |
| 90               | Operações de Crédito Internas   | 11.948,63     | 12.534,12     | 13.148,29     |
| 91               | Operações de Crédito Externas   | -             | -             | -             |
| 92               | Alienação de Bens   | 382.356,30    | 401.091,76    | 420.745,26    |
| 93               | Outras Receitas Não Primárias   | -             | -             | -             |
| 94               | Remuneração de Depósitos Bancários  | 54.810,25     | 57.495,95     | 60.313,25     |
| TOTAL DA RECEITA |   | 73.671.874,11 | 77.281.792,78 | 81.068.500,83 |

Total dos Recursos Orçamentários - LDO 2018



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA**  
**ESTADO DA BAHIA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO II - ANEXO DE METAS FISCAIS  
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS  
2018  
DEMONSTRATIVO V

AMF - Demonstrativo V (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

| RECEITAS REALIZADAS                           | 2016 (a) | 2017 (a) | 2018 (b) |
|---|----------|----------|----------|
| RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) | 0,00     | 0,00     | 0,00     |
| Alienação de Bens Móveis                      | 0,00     | 0,00     | 0,00     |
| Alienação de Bens Imóveis                     | 0,00     | 0,00     | 0,00     |

| DESPESAS EXECUTADAS                                | 2016 (c) | 2017 (c) | 2018 (b) |
|--|----------|----------|----------|
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) | 0,00     | 0,00     | 0,00     |
| DESPESAS DE CAPITAL                                | 0,00     | 0,00     | 0,00     |
| Investimentos                                      | 0,00     | 0,00     | 0,00     |
| Inversões Financeiras                              | 0,00     | 0,00     | 0,00     |
| Amortização da Dívida                              | 0,00     | 0,00     | 0,00     |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA      | 0,00     | 0,00     | 0,00     |
| Regime Geral de Previdência Social                 | 0,00     | 0,00     | 0,00     |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores       | 0,00     | 0,00     | 0,00     |

**NADA CONSTA**

| SALDO FINANCEIRO | (a) = (II - I) | (b) = (II - I) | (c) = (II - I) |
|------------------|----------------|----------------|----------------|
| VALOR (III)      | 0,00           | 0,00           | 0,00           |

FONTE: Prefeitura Municipal de CACHOEIRA

Nota : Nada a declarar porque não houve alienação de Bens



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA  
ESTADO DA BAHIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO II - ANEXO DE METAS FISCAIS  
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
2018  
DEMONSTRATIVO VI

AMP - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

| RECEITAS  | 2018 | 2019 | 2020 |
|---|------|------|------|
| <b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b> |      |      |      |
| <b>RECEITAS CORRENTES</b>   |      |      |      |
| Receita de Contribuições dos Segurados                                  |      |      |      |
| Pessoal Civil   |      |      |      |
| Pessoal Militar   |      |      |      |
| Outras Receitas de Contribuições  |      |      |      |
| Receita Patrimonial   |      |      |      |
| Receita de Serviços   |      |      |      |
| Outras Receitas Correntes   |      |      |      |
| Compensação Previdenciária da RGPS para o RPPS                          |      |      |      |
| Outras Receitas Correntes   |      |      |      |
| <b>RECEITAS DE CAPITAL</b>  |      |      |      |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos                                    |      |      |      |
| Amortização de Empréstimos  |      |      |      |
| Outras Receitas de Capital  |      |      |      |
| <b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA</b>  |      |      |      |
| <b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>       |      |      |      |
| <b>RECEITAS CORRENTES</b>   |      |      |      |
| Receita de Contribuições  |      |      |      |
| Patronal  |      |      |      |
| Pessoal Civil   |      |      |      |
| Pessoal Militar   |      |      |      |
| Cobertura de Déficit Atuarial   |      |      |      |
| Regime de Débitos e Parcelamentos                                       |      |      |      |
| Receita Patrimonial   |      |      |      |
| Receita de Serviços   |      |      |      |
| Outras Receitas Correntes   |      |      |      |
| <b>RECEITAS DE CAPITAL</b>  |      |      |      |
| <b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA</b>  |      |      |      |
| <b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)</b>              |      |      |      |

NADA CONSTA



| DESPESAS   | 2018 | 2019 | 2020 |
|--|------|------|------|
| <b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)</b> |      |      |      |
| ADMINISTRAÇÃO  |      |      |      |
| Despesas Correntes   |      |      |      |
| Despesas de Capital  |      |      |      |
| PREVIDÊNCIA  |      |      |      |
| Pessoal Civil  |      |      |      |
| Pessoal Militar  |      |      |      |
| Outras Despesas Previdenciárias  |      |      |      |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS                           |      |      |      |
| Demais Despesas Previdenciárias  |      |      |      |
| <b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)</b>         |      |      |      |
| ADMINISTRAÇÃO  |      |      |      |
| Despesas Correntes   |      |      |      |
| Despesas de Capital  |      |      |      |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)</b>                |      |      |      |

**NADA CONSTA**

| <b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III) - VD</b>                             |      |      |      |
|--|------|------|------|
| <b>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b> |      |      |      |
|  | 2018 | 2019 | 2020 |
| <b>TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS</b>   |      |      |      |
| Plano Financeiro   |      |      |      |
| Recursos para Cobertura de Ineficiências Financeiras                           |      |      |      |
| Recursos para Formação de Reservas   |      |      |      |
| Outros Aportes para o RPPS   |      |      |      |
| Plano Previdenciário   |      |      |      |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro                                  |      |      |      |
| Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial                                    |      |      |      |
| Outros Aportes para o RPPS   |      |      |      |
| <b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>  |      |      |      |
| <b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>   |      |      |      |

FONTE: Prefeitura Municipal de CACHOEIRA  
O Município não dispõe de Fundo de Previdência

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA  
ESTADO DA BAHIA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO II - ANEXO DE METAS FISCAIS  
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
2018  
DEMONSTRATIVO VI**

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 7º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

| EXERCÍCIO | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (III) = (I) - (II) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (IV) = (III) anterior |
|-----------|------------------------------|-------------------------------|---|---|
|           |                              |                               |   |   |

FONTE: Prefeitura Municipal de CACHOEIRA  
Nota:  
O Município não dispõe de Fundo de Previdência



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA  
ESTADO DA BAHIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO II - ANEXO DE METAS FISCAIS  
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA  
2018  
DEMONSTRATIVO VII

R\$ 1,00

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

| RUBRICA            | MODALIDADE | SETORES/<br>PROGRAMAS/<br>BENEFICIÁRIO | 2018 |      |      | COMPENSAÇÃO |
|--------------------|------------|--|------|------|------|-------------|
|                    |            |  | 2018 | 2019 | 2020 |             |
| <b>NADA CONSTA</b> |            |  |      |      |      |             |
| <b>TOTAL</b>       |            |  |      |      |      |             |

FONTE: Prefeitura Municipal de CACHOEIRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA  
ESTADO DA BAHIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO II - ANEXO DE METAS FISCAIS  
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO  
2018  
DEMONSTRATIVO VIII

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

| EVENTOS   | Valor Previsto para 2018 |
|---|--------------------------|
| Aumento Permanente da Receita                     | 0,00                     |
| (-) Transferências Constitucionais                | 0,00                     |
| (-) Transferências ao FUNDEB                      | 0,00                     |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)  | 0,00                     |
| Redução Permanente de Despesa (II)                | 0,00                     |
| Margem Bruta (III) = (I+II)                       | 0,00                     |
| Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)              | 0,00                     |
| Novas DOCC  | 0,00                     |
| Novas DOCC geradas por PPP                        | 0,00                     |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV) |                          |

FONTE: Prefeitura Municipal de CACHOEIRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA  
ESTADO DA BAHIA

LIMITES CONSTITUCIONAIS - LEGISLATIVO

LIMITE DE DESPESAS DO LEGISLATIVO

Emenda Constitucional nº 58/2009

RECEITA

| DENOMINAÇÃO                                     | 2013                 |                      |                      |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|
|   | 2013                 | 2012                 | 2011                 |
| RECEITA TRIBUTÁRIA (I)                          | 5.357.362,11         | 5.619.872,86         | 5.895.246,63         |
| IMPOSTOS  | 4.073.894,68         | 4.273.515,52         | 4.482.917,78         |
| IPTU  | 347.705,26           | 364.742,82           | 382.615,22           |
| IRRF  | 745.419,40           | 781.944,95           | 820.260,25           |
| ITBI  | 119.486,35           | 125.341,18           | 131.482,89           |
| ISS   | 2.760.244,19         | 2.895.496,16         | 3.037.375,47         |
| OUTRAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS                     | 101.039,48           | 108.990,41           | 111.183,94           |
| TAXAS   | 948.381,76           | 994.852,46           | 1.043.600,23         |
| Taxas p/ Exercício do Poder de Polícia          | -                    | -                    | -                    |
| Taxas pela Prestação de Serviços                | -                    | -                    | -                    |
| CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA                        | -                    | -                    | -                    |
| Receita da Dívida Ativa Tributária              | -                    | -                    | -                    |
| Multas e Juros de Mora - Tributária             | -                    | -                    | -                    |
| Multas e Juros da Mora Div Ativa Tributária     | -                    | -                    | -                    |
| Cota-Parte do CIDE(II)                          | -                    | -                    | -                    |
| TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (III)            | 37.058.503,50        | 38.874.370,18        | 40.779.214,32        |
| Cota-Parte do FPM                               | 28.676.722,60        | 30.081.882,22        | 31.555.894,45        |
| Cota-Parte do ITR                               | 238.972,69           | 250.682,35           | 262.965,79           |
| ICMS - LC nº 87/96                              | -                    | -                    | -                    |
| Cide  | 137.222,90           | 143.946,82           | 151.000,22           |
| Cota-Parte do ICMS                              | 7.766.612,43         | 8.147.176,43         | 8.546.388,08         |
| Cota-Parte do IPVA                              | 119.486,35           | 125.341,18           | 131.482,89           |
| Cota-Parte do IPI sobre Exportação              | 119.486,35           | 125.341,18           | 131.482,89           |
| <b>TOTAL DAS RECEITAS (IV)=(I) + (II)+(III)</b> | <b>43.364.247,37</b> | <b>45.489.095,50</b> | <b>47.718.061,18</b> |

DESPESA

| DENOMINAÇÃO                                     | 2013         |              |              |
|---|--------------|--------------|--------------|
|   | 2013         | 2012         | 2011         |
| Valor Orçado para Repasse                       | 2.601.854,84 | 2.729.345,73 | 2.863.083,67 |
| LIMITE MÁXIMO DO REPASSE (V) = (IV) * (4% a 7%) | 6,00%        | 6,00%        | 6,00%        |
| PESSOAL ATIVO (V) = (IV * 70%)                  |              |              |              |
| LIMITE PESSOAL LRF (VI) = (5,7% * RCL)          |              |              |              |
| Receita Tributária                              |              |              |              |
| Transferências da União                         |              |              |              |
| Transferências do Estado                        |              |              |              |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA**  
**ESTADO DA BAHIA**

**LIMITES CONSTITUCIONAIS - SAÚDE**  
**LIMITE DE DESPESAS COM SAÚDE**

Emenda Constitucional nº 29/00

**RECEITA**

|   | ESTIMATIVA           |                      |                      |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|
|   | 2018                 | 2019                 | 2020                 |
| RECEITA TRIBUTÁRIA (I)                    | 5.342.040,77         | 5.603.800,77         | 5.878.387,01         |
| TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (II)       | 37.053.560,61        | 38.869.185,08        | 40.773.775,15        |
| Cota-Parte do FPM                         | 28.594.711,20        | 29.995.852,05        | 31.465.648,80        |
| Cota-Parte do ITR                         | 238.289,26           | 249.965,43           | 262.213,74           |
| CIDE                                      | 136.830,46           | 143.535,15           | 150.568,38           |
| Cota-Parte do ICMS                        | 7.744.400,95         | 8.123.876,60         | 8.521.946,55         |
| Cota-Parte do IPVA                        | 119.144,63           | 124.982,72           | 131.106,87           |
| Cota-Parte do IPI sobre Exportação        | 119.144,63           | 124.982,72           | 131.106,87           |
| Dívida Ativa                              | 101.039,48           | 105.990,41           | 111.183,94           |
| Receitas Diversas                         | -                    | -                    | -                    |
| Multas e juros                            | -                    | -                    | -                    |
| <b>TOTAL DAS RECEITAS (IV)-(I) + (II)</b> | <b>42.395.601,38</b> | <b>44.472.985,85</b> | <b>46.652.162,16</b> |

**DESPESA**

| MÊS                       | Quadro de Despesa   |                     |                     |
|---------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
|                           | 2018                | 2019                | 2020                |
| Janeiro                   | 600.604,35          | 630.033,97          | 660.905,63          |
| Fevereiro                 | 600.604,35          | 630.033,97          | 660.905,63          |
| Março                     | 600.604,35          | 630.033,97          | 660.905,63          |
| Abril                     | 600.604,35          | 630.033,97          | 660.905,63          |
| Maió                      | 600.604,35          | 630.033,97          | 660.905,63          |
| Junho                     | 600.604,35          | 630.033,97          | 660.905,63          |
| Julho                     | 600.604,35          | 630.033,97          | 660.905,63          |
| Agosto                    | 600.604,35          | 630.033,97          | 660.905,63          |
| Setembro                  | 600.604,35          | 630.033,97          | 660.905,63          |
| Outubro                   | 600.604,35          | 630.033,97          | 660.905,63          |
| Novembro                  | 600.604,35          | 630.033,97          | 660.905,63          |
| Dezembro                  | 600.604,35          | 630.033,97          | 660.905,63          |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS</b> | <b>7.207.252,20</b> | <b>7.560.407,64</b> | <b>7.930.867,56</b> |



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA  
ESTADO DA BAHIA

LIMITES CONSTITUCIONAIS - EDUCAÇÃO  
LIMITE DE DESPESAS COM EDUCAÇÃO  
Constituição Federal, artigo 212 / Emenda Constitucional nº 14 de 12/09/96

RECEITA

| DENOMINAÇÃO   | ESTIMATIVAS          |                      |                      |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|
|   | 2018                 | 2019                 | 2020                 |
| <b>RECEITA TRIBUTÁRIA (I)</b>                       | <b>5.357.362,11</b>  | <b>5.619.672,86</b>  | <b>5.895.246,63</b>  |
| IMPOSTOS  | 4.078.845,61         | 4.278.709,05         | 4.488.363,79         |
| IPTU  | 347.705,26           | 364.742,82           | 382.615,22           |
| IRRF  | 743.419,40           | 781.944,95           | 820.260,25           |
| ITBI  | 119.486,35           | 125.341,18           | 131.482,89           |
| ISS   | 2.760.244,19         | 2.893.496,16         | 3.037.373,47         |
| Receita de impostos da Dívida Ativa e Multa e Juros | 103.998,41           | 111.183,94           | 116.631,96           |
|   | -                    | -                    | -                    |
| <b>TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (II)</b>          | <b>37.058.503,50</b> | <b>38.874.370,18</b> | <b>40.779.214,32</b> |
| Cota-Parte do FPM                                   | 28.676.722,80        | 30.081.882,22        | 31.553.894,45        |
| Cota-Parte do ITR                                   | 338.972,69           | 250.682,35           | 262.965,79           |
| CIDE  | 137.222,90           | 143.946,82           | 131.000,22           |
| Cota-Parte do ICMS                                  | 7.766.612,43         | 8.147.176,43         | 8.546.388,08         |
| Cota-Parte do IPVA                                  | 119.486,35           | 125.341,18           | 131.482,89           |
| Cota-Parte do IPT sobre Exportação                  | 119.486,35           | 125.341,18           | 131.482,89           |
|   | -                    | -                    | -                    |
| <b>FUNDEB</b>                                       | <b>14.411.913,17</b> | <b>15.119.145,91</b> | <b>15.859.984,06</b> |
| Aplicação Finan. FUNDEB                             | -                    | -                    | -                    |
|   | -                    | -                    | -                    |
| Dívida Ativa  | -                    | -                    | -                    |
| Receitas Diversas                                   | -                    | -                    | -                    |
|   | -                    | -                    | -                    |
| <b>(-) Deduções para formação do FUNDEB (III)</b>   | <b>6.227.399,08</b>  | <b>6.333.173,03</b>  | <b>6.653.296,41</b>  |
|   | -                    | -                    | -                    |
| <b>TOTAL DAS RECEITAS (V) = (I + II - III)</b>      | <b>50.600.773,71</b> | <b>53.080.217,91</b> | <b>55.681.148,59</b> |

DESPESA

| MÊS                       | Quantidade Despesa   |                      |                      |
|---------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
|                           | 2018                 | 2019                 | 2020                 |
| Janeiro                   | 1.138.517,54         | 1.194.304,90         | 1.252.825,84         |
| Fevereiro                 | 1.180.684,86         | 1.194.304,90         | 1.252.825,84         |
| Março                     | 1.180.684,86         | 1.194.304,90         | 1.252.825,84         |
| Abril                     | 1.180.684,86         | 1.194.304,90         | 1.252.825,84         |
| Maior                     | 1.180.684,86         | 1.194.304,90         | 1.252.825,84         |
| Junho                     | 1.180.684,86         | 1.194.304,90         | 1.252.825,84         |
| Julho                     | 1.180.684,86         | 1.194.304,90         | 1.252.825,84         |
| Agosto                    | 1.180.684,86         | 1.194.304,90         | 1.252.825,84         |
| Setembro                  | 1.180.684,86         | 1.194.304,90         | 1.252.825,84         |
| Outubro                   | 1.180.684,86         | 1.194.304,90         | 1.252.825,84         |
| Novembro                  | 1.180.684,86         | 1.194.304,90         | 1.252.825,84         |
| Dezembro                  | 1.180.684,86         | 1.194.304,90         | 1.252.825,84         |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS</b> | <b>14.126.051,00</b> | <b>14.331.656,50</b> | <b>15.033.910,08</b> |